

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2013 - ALTERADO	
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB	
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 65094/2013	
SETOR	Gerência de Compras e Almoxarifado -2.0.07.00/GECA/DGC
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão e o Decreto nº 5.450 de maio de 2005, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como a Lei Estadual nº 5.280 de 29 de novembro de 2004 e os Decretos Estaduais nºs 22.619 e 22.620, de 18 de dezembro de 2003 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE EPC – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA DO TIPO VARA DE MANOBRA, ESCADA PARA ELETRICISTA, CAVALETES PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS E VESTIMENTAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS POR ARCO ELÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO PELOS EMPREGADOS QUE TRABALHAM EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS.
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2014.	
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03 de fevereiro de 2014 às 09:15 horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 03 de fevereiro de 2014 às 09:30 horas.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: - www.licitacoes-e.com.br - www.deso-se.com.br - PREGOEIRO(A): MARIA EDITE BORGES FREIRE - Telefax: (0xx79)-3226-1138. - Endereço: Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – CEP: 49.020-380 – Aracaju/SE – Sala anexa a Comissão Permanente de Licitação – CPL/DESO. OBSERVAÇÃO: O texto do Edital também estará disponível no endereço da DESO acima citado, para consultas.	
LOCAL: - www.licitacoes-e.com.br	

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65094/2013

PREGÃO Nº 094/2013

1.0 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 - A **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO**, através deste Pregoeiro, designado pela Portaria nº 053 de 10 de julho de 2013, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE EPC – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA DO TIPO VARA DE MANOBRA, ESCADA PARA ELETRICISTA, CAVALETES PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS E VESTIMENTAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS POR ARCO ELÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO PELOS EMPREGADOS QUE TRABALHAM EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS**, conforme especificações detalhadas constantes do ANEXO I – INSTRUÇÕES, deste Edital.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

1.3 - Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão e o Decreto nº 5.450 de maio de 2005, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como a Lei Estadual nº 5.280 de 29 de novembro de 2004 e os Decretos Estaduais nºs 22.619 e 22.620, de 18 de dezembro de 2003 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

2.0 – DO OBJETO:

2.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EPC – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA DO TIPO VARA DE MANOBRA, ESCADA PARA ELETRICISTA, CAVALETES PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS E VESTIMENTAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS POR ARCO ELÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO PELOS EMPREGADOS QUE TRABALHAM EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS**, conforme especificações detalhadas constantes do ANEXO I – INSTRUÇÕES, deste Edital.

2.2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS VESTIMENTAS.

➤ De acordo com a Norma NFPA 70 E, os materiais das vestimentas devem ser 88% algodão e 12% nylon de alta resistência, que são materiais com características de proteção risco arco elétrico e proteção térmica geral.

3.0 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 – Os Recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes desta licitação, são provenientes da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

4.0 – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1 – Observado o prazo legal de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão pedir esclarecimentos por *e-mail* (**pregao@deso-se.com.br**) ou *fax* (**0xx79-3226-1138**), informando o número da licitação.

5.0 – DA IMPUGNAÇÃO

5.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, dirigindo a impugnação ao seguinte endereço: Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – CEP: 49.020-380 – Aracaju/SE – Sala anexa a Comissão Permanente de Licitação – CPL/DESO, ou por *e-mail* (pregao@deso-se.com.br) ou *fax* (0xx79-3226-1138).

6.0 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

6.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- 6.2.1 - Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- 6.2.2 - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei no. 8.666/93;
- 6.2.3 - Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 6.2.4 - Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- 6.2.5 - Empresa ou entidade cujos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, sejam acionistas da DESO, detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, bem como dirigentes, empregados ou membros da sua Comissão Permanente de Licitações.

7.0 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 7.1.1 - Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.1.2 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 7.1.3 - Abrir as propostas de preços;
- 7.1.4 - Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 7.1.5 - Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 7.1.6 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 7.1.7 - Verificar a habilitação do PROPONENTE classificado em primeiro lugar;
- 7.1.8 - Declarar o vencedor;
- 7.1.9 - Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 7.1.10 - Elaborar a ata da sessão;
- 7.1.11 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8.0 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

8.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País. (§ 1º, art. 4º, do Decreto Estadual 22.620/2003).

8.1.1 - A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial dos sites "www.licitacoes-e.com.br" ou "www.bb.com.br" opção "**Acesso Identificado**".

8.2 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

8.3 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no www.licitacoes-e.com.br.

8.4 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa PROPONENTE, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à DESO ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6 - O credenciamento do fornecedor do serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9.0 – PARTICIPAÇÃO

9.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br ou www.bb.com.br, opção "**Acesso Identificado**", observando data e horário limite estabelecidos.

9.2 - Caberá ao fornecedor do serviço acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10.0 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor do produto será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2 - Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, a LICITANTE concorda especificamente com as seguintes condições:

10.2.1 – Os materiais ofertados deverão atender todas as exigências contidas no **ANEXO I - INSTRUÇÕES**, deste Edital.

10.2.2 - Na proposta deverá constar a descrição dos materiais com suas especificações para melhor identificação pelo Pregoeiro;

10.2.3 - Preço unitário e total, expressos exclusivamente em moeda corrente nacional, já inclusos alíquota de IPI e ICMS, taxas, fretes e quaisquer outras despesas inerentes ao cumprimento da obrigação. Condição de fornecimento "CIF".

10.2.4 - Prazo de vigência do Contrato: **03 (três) meses**, contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.2.5 - A entrega dos materiais se dará da seguinte forma:

- cavaletes – parcelado em 03 vezes, contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.
- demais materiais – entrega imediata, ou seja, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.2.6 - Os materiais serão entregues na Sede da DESO, situada na Rua Campo do Brito, nº 331, Bairro 13 de Julho, em Aracaju/SE, no horário das 7:00 às 17:00h, em dias úteis e/ou não úteis.

10.2.7 - O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a **60 (sessenta) dias** consecutivos, contados da data da sessão pública de abertura desta licitação.

10.2.8 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, no local de entrega, e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, IPI e demais impostos, encargos sociais, seguros, taxas, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do material. Ficará por conta da LICITANTE, a carga, descarga, manuseio e arrumação do material no local de estocagem.

10.2.9 - De acordo com a Portaria nº 723/96 de 13/06/96, da Secretaria da Fazenda deste Estado, o **ICMS destacado nas Notas Fiscais deverá ser calculado com base na alíquota interna adotada no Estado de origem para a mercadoria licitada;**

- A LICITANTE deverá indicar o percentual do ICMS praticado no seu Estado;
- Na hipótese do material cotado sofrer redução da alíquota do ICMS em decorrência de bônus, o mesmo deverá ser devidamente comprovado, sob pena de desclassificação de sua proposta.

10.2.10 - Para garantia do futuro Contrato, a LICITANTE deverá indicar em sua proposta a opção da Caução, em uma das modalidades descritas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93, conforme **Item 21.0** deste Edital.

11.0 – ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

11.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo **site** já indicado no **Item 9.1**, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes das LICITANTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

11.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.3 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.4 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período de tempo randômico, de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.5 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances no período adicional de tempo.

11.6 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro solicitará os documentos descritos no Item 13.0 para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, documentação essa avaliada na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contida no Item 13.0 deste Edital.

12.0 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**MENOR PREÇO POR LOTE**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente a LICITANTE que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos, especificações, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.2 - **Após a sessão de lances e constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será declarado vencedora**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.3 - A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar, **imediatamente após o encerramento da disputa, a sua proposta de preço**, detalhando a especificação do material,

preços unitários e global do LOTE, prazo de validade da proposta, prazo contratual, caução e demais exigências contidas no Item **10.0**, sendo que tal documento deverá ser enviado por fax, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada ao Pregoeiro, para a sede da DESO, na Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – Aracaju/SE, CEP: 49.020.380, observando o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de realização do pregão.

12.3.1 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa corrente no Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos em papel timbrado do PROPONENTE, bem como ser redigida de forma clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

12.3.2 - Na hipótese da proposta de melhor lance não apresentar todos as informações elencadas no **Item 10.0 e seus subitens, a mesma será desclassificada.**

12.4 - Se a proposta ou lance de menor valor não atender as especificações técnicas, as condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.4.1 - Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a LICITANTE para que seja obtido preço melhor para a DESO.

12.5 - Quando microempresas e empresas de pequeno porte LICITANTES apresentarem propostas que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada, a esta, serão consideradas empatadas.

12.5.1 - Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sendo a mesma convocada para apresentar a nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

12.5.1.1 - Quando houver várias LICITANTES que sejam microempresas e/ou empresas de pequeno porte e, houver de equivalência dos valores nas propostas por elas apresentadas, isso é, se encontrem no intervalo estabelecido no item 12.5, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.5.2 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no critério de empate do item 12.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.6 - O disposto no item 12.5 acima, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.7 - RECURSO – O interesse da LICITANTE em interpor recurso deverá ser manifestado por intermédio do sistema eletrônico, imediatamente, ou seja, em até 24 (vinte e quatro) horas, após a **Declaração do vencedor** da fase competitiva do Pregão. O encaminhamento de memorial e contrarrazões será exclusivamente por endereço eletrônico, sendo facultado o envio do original, observado o prazo de 3 (três) dias.

12.7.1 - A falta de manifestação, imediata e motivada, importará à preclusão do direito de recurso.

12.7.2 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela PROPONENTE.

12.7.3 - Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

12.8 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado a Empresa que apresentar a proposta ou lance de menor preço.

12.9 - Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 22.0. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos PROPONENTES, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo PROPONENTE convocado para negociar redução do preço ofertado.

13.0 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

13.1 - A empresa vencedora deverá apresentar em até 02 (duas) horas, após o encerramento da disputa ou de sua convocação, por e-mail: pregao@deso-se.com.br (os arquivos não poderão ultrapassar 9 (nove) MB), ou fax (79) 3226-1138, cópia da **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO** na forma do § 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, conforme **modelo do ANEXO II** deste Edital e cópia da sua Proposta de Preços em conformidade com o Item 10.0 e subitem 12.3 do Edital.

13.2 - Posteriormente, observando o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data da realização do Pregão ou de sua convocação, o encaminhamento dos originais ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgãos da Imprensa Oficial, os documentos previstos nos subitens abaixo, para o seguinte endereço: DESO – Rua Campo do Brito, nº 331 – Bairro 13 de Julho – Aracaju/SE, CEP: 49.020-380.

13.3 - Habilitação Jurídica:

13.3.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.3.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

13.4 - Regularidade Fiscal:

13.4.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

13.4.2 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

13.4.3 - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos às, Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando sua regularidade para com o Instituto Nacional do seguro Social (INSS);

13.4.4 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

13.5.5 - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal;

13.4.6 - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.4.7 - A LICITANTE que optar pelo seu domicílio, deverá apresentar toda documentação exigida nos subitens acima do mesmo domicílio. Se escolher a sua sede, deverá apresentar todos os documentos acima exigidos referentes à sua sede.

13.4.8 - Não serão analisadas restrições na apresentação da documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, quando a LICITANTE for microempresa e empresa de pequeno porte;

13.4.9 - Havendo alguma restrição na documentação acima citada, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, para a regularização da documentação, do pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a LICITANTE for declarada vencedora do certame.

13.5 - Regularidade Trabalhista:

13.5.1 - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

13.6 - Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da LICITANTE.

13.7 - Qualificação Técnica:

13.7.1 - As LICITANTES deverão apresentar atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem haver fornecido satisfatoriamente, materiais iguais ou similares aos do objeto desta licitação.

13.8 - No caso da empresa vencedora ser microempresa a comprovação da condição de Microempresa **(ME)** ou Empresa de Pequeno Porte **(EPP)**, deve ser comprovada por meio

das informações contidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acessível no sítio **www.receita.fazenda.gov.br**.

13.9 - A LICITANTE deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR**, conforme **modelo do ANEXO III**, deste Edital;

13.10 - DECLARAÇÃO formal de que leu, tomou conhecimento e aceita todas as normas e exigências contidas neste Edital e seus anexos, conforme **modelo do ANEXO IV**, deste Edital.

13.11 - A LICITANTE deverá indicar formalmente, do nome e CPF da pessoa que assinará o Contrato.

13.12 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente na data da sessão pública de disputa de preços, mesmo que a LICITANTE venha a ser convocado em data posterior, sendo considerado o consignado em cada Certidão. No caso de não consignação do prazo de sua validade, este será de 90 (noventa) dias.

13.13 - Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à agilização dos procedimentos de análise da documentação.

13.14 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da LICITANTE, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.15 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da LICITANTE, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

13.16 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome da LICITANTE, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa LICITANTE. **Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.**

13.17 - Os documentos constantes dos subitens 13.3.1 e 13.3.2, do item 13.3 e subitens 13.4.1 e 13.4.2 do item 13.4, poderão ser substituídos pelo **Cartão de Inscrição Cadastral emitido pela DESO**.

13.18 - A LICITANTE que apresentar documentação em desacordo com o solicitado no Item **13.0** e seus subitens **13.1** ao **13.10**, será INABILITADA.

14.0 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1 - Não sendo interposto recurso, o pregoeiro fará a adjudicação do lote a LICITANTE VENCEDORA, após o que encaminhará à autoridade competente para homologação da licitação.

14.2 - Havendo recurso, após deliberação sobre o mesmo, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto, homologando em favor da LICITANTE VENCEDORA.

14.3 - Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular **no ato de assinatura do Termo Contratual**, estará sujeito às penalidades previstas no Item **22.0**. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos PROPONENTES, observada a ordem de classificação, até a

a-puração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo PROPONENTE convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar o Termo de Contrato.

15.0 – DA CONTRATAÇÃO:

15.1 - A LICITANTE VENCEDORA será convocada para assinatura do Contrato decorrente do presente Pregão, momento em que deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), CRF (FGTS) e a Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ICMS), no prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação. Será firmado Contrato com a LICITANTE VENCEDORA, cuja vigência será de **03 (três) meses**.

15.1.1 - A empresa deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato.

15.1.2 - Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, observado o disposto no § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no Item **22.0** deste edital.

15.2 - Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou do seu não comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será aplicado o disposto no inciso XXVI, do artigo 11, do Decreto Estadual nº 22.619/2003, com a convocação da LICITANTE que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecidas as exigências de habilitação elencadas no Item 13.0, deste edital.

15.2.1 - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com a CONTRATANTE, observado as ofertas anteriormente apresentadas pelos LICITANTES, bem como o disposto nos incisos XVII, XVIII, XXVI e XXVII do artigo 11 do Decreto Estadual nº 22.619/2003, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis a LICITANTE que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

15.3 - Qualquer entendimento relevante entre a CONTRATANTE e a LICITANTE VENCEDORA será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

15.4 - O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

15.4.1 - Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, com prova de recebimento;

15.4.2 - Por inadimplemento das Cláusulas contratuais;

15.4.3 - Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

15.4.4 - Quando ocorrer interesse público, a DESO poderá rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei supracitada, nos termos do art. 58, II, combinado com o § 3º do art. 62, do mesmo Estatuto Licitação.

15.4.5 - Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16.0 – DO REAJUSTE:

16.1 - Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta. Após esse período, serão reajustados de acordo com a variação do **IGP**, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V \cdot \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = Índice do mês em que é devido o reajuste

I₀ = Índice do mês de apresentação da proposta

V = Valor da fatura.

16.2 - Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

16.3 - Em nenhuma hipótese serão reajustados os serviços executados e faturados dentro da periodicidade anual.

16.4 - As notas fiscais de reajustamento deverão ser apresentadas distintamente das notas fiscais dos serviços a que se refiram.

17.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, são obrigações da DESO:

17.1.1 - Responsabilizar-se pelo recebimento e conferência dos materiais entregues, podendo solicitar da licitante vencedora a correção de eventuais defeitos ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até sua substituição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do seu recebimento, caso o mesmo não obedeça às suas especificações;

17.1.2 - Efetuar, após a entrega dos materiais, a verificação dos mesmos, e comparando com as Especificações Técnicas descritas nas INSTRUÇÕES deste Pregão e as normas vigentes, os resultados determinar a sua aceitação ou rejeição.

17.1.3 - Analisar, através do Gestor do Contrato, todas as Faturas/Notas Fiscais/Recibos, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento, providenciando seu encaminhamento para pagamento ou devolução à licitante vencedora, em caso de erro ou vício das mesmas;

17.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

17.1.5 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

18.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

18.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, compete à LICITANTE VENCEDORA:

18.1.1 - A LICITANTE obriga-se a repor todo o material que não esteja dentro das Condições e Especificações Técnicas descritas nas INSTRUÇÕES deste Pregão, no ato do seu recebimento, reconhecendo a autoridade da DESO, e/ou de qualquer consultoria por ela credenciada, para rejeitar qualquer material que julgue inaceitável.

18.1.2 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os CONTRATANTES;

18.1.3 - Responsabilizar-se por eventuais defeitos ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais, ficando obrigada a promover às suas expensas, a sua substituição se irregularidades ou imperfeições forem constatadas;

18.1.4 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.1.5 - Responsabilizar-se pela entrega do material, arcando com o ônus da carga e descarga, no local de estocagem do mesmo.

18.1.6 - Para comprovar a legitimidade e conformidade com as especificações técnicas exigidas, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) CA (Certificado de aprovação) emitido pelo Ministério do Trabalho;

b) Atingir ATPV (Valor de Desempenho Térmico do Arco Elétrico) mínimo de 8,0 cal/ cm² e HAF >70% (calorias/ centímetros ao quadrado). Certificado atestando que o tecido atende aos requisitos da norma ASTM F 1959;

c) Resistência mínima à tração (ruptura) na trama 26 kg e no urdume 38 kg, respectivamente, conforme ASTM D5034;

d) Manter a característica ignífuga após o tecido ser submetido ao ensaio conforme recebido e, 100 ciclos de lavagem de acordo com o método de teste ASTM D6413, atestando que o mesmo atende aos requisitos da norma NFPA 2112;

e) Estabilidade dimensional, conforme NBR 10320: urdume- alteração +/- 1%, no máximo. Certificado conforme NBR 10320;

f) Resistência à abrasão, conforme ASTM D3886: duzentos ciclos no mínimo. Conforme ASTM D3886;

g) Solidez de cor a fricção, conforme ABNT NBR ISO 105 X-12: úmido-transferência 5, seco transferência, 4/5, no mínimo. Certificado de laboratório independente conforme ABNT NBR ISO 105 X-12.

h) Solidez de cor a luz (40h), conforme ABNT NBR ISO 105B-02: escala cinza 4, escala azul 4, no mínimo. Certificado conforme ABNT NBR ISO 105B-02.

i) Solidez de cor a lavagem Doméstica e Comercial, conforme ABNT NBR ISO 105-C06- alteração 4, transferência 4/5, no mínimo.

Refere-se ao Pregão Eletrônico nº 094/2013- Alterado

- j) Solidez de cor a ferro quente, conforme NBR 10188j úmida- alteração 4/5, transferência 4/5, seco- alteração 4/5, transferência 4/5, mínimo;
- k) Solidez de cor ao suor ácido e alcalino, conforme ABNT NBR ISO 105-E-04: ácido- alteração 4/5, transferência 4/5, alcalino- alteração 4/5, transferência 4/5, rio mínimo. Certificado ABNT NBR ISO 105-E-04;
- l) Absorção por capilaridade conforme teste JIS L 1096: urdume= 74mm alteração +/- 2%, trama 65mm alteração +/- 2%;
- m) Hidrofilidade ou absorção superficial de água conforme Norma ASTM E 662-12;
- n) Densidade óptica específica de fumaça conforme norma ASTM E 662-12;
- o) Análise quantitativa, Certificado conforme ABNT NBR 11914 ou ABNT NBR 13538;
- p) Gramatura não poderá ser superior a 260 g/m², com tolerância +/- 5%. certificado NBR 10591;
- q) Resistência a ruptura e porcentagem de alongamento- STRIP, conforme NBR 11912;
- r) Resistência ao rasgo conforme ASTM D 2261;
- s) Ensaio de resistência da linha anti-chama conforme NFPA-2112- "Federal Test Method Standard" nº 191- Método 1534;
- t) Ensaio de manequim instrumentado conforme norma NFPA 2112 com método ASTM F 1930- com tecido conforme recebido, 50 lavagens e 100 lavagens. Os ensaios deverão ser acompanhados dos respectivos vídeos.
- u) Ensaio conforme método ASTM F 2621, acompanhados dos respectivos vídeos e fotos;
- v) Ensaio conforme ASTM F, ensaio ASTM D- índice limite de oxigênio. Deverá ser >25%- Certificado ISO 9001 da confecção e do fabricante do tecido.

OBS.: Quando houver relatórios, ensaios ou certificações em língua estrangeira, deverão ser apresentados juntamente com a tradução feita por tradutor juramentado.

19.0 – DO PAGAMENTO

19.1 - O fornecimento objeto deste Pregão será pago mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12 de 13/07/04 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO;

- As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à LICITANTE VENCEDORA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

19.1.1 - Nota Fiscal/Fatura/Recibo, com o mesmo CNPJ indicado no Processo Licitatório e do Contrato;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: nfse@deso-se.com.br, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pela empresa contratada.

19.1.2 - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos às, Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando sua regularidade para com o Instituto Nacional do seguro Social (INSS);

19.1.3 - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal;

19.1.4 - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

19.1.5 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

19.1.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (ICMS) do domicílio ou sede da LICITANTE;

19.1.7 - Declaração de recolhimento do ICMS (somente para fornecedor do Estado de Sergipe);

19.1.8 - Declaração da LICITANTE VENCEDORA, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada (quando do 1º pagamento);

19.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.3 - Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele da respectiva Ordem de Fornecimento.

19.4 - A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas até o 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item 19.1 acima, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre a data de apresentação da fatura no protocolo da DESO até a data do seu efetivo pagamento.

19.5 - Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

19.6 - Por ocasião do pagamento, a LICITANTE VENCEDORA com domicílio no Estado de Sergipe, obriga-se a apresentar à área financeira "Certidão de Regularidade de Tributos", expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 1º do Decreto Estadual nº 12.819 de 26 de março de 1992. A LICITANTE VENCEDORA que não apresentar a referida Certidão, terá o seu pagamento suspenso constituindo-se em "MORA CREDITORIS", nos termos do art. 963 do Código Civil Brasileiro.

19.7 - Por exclusiva conveniência da DESO, os pagamentos poderão ter seus prazos antecipados e, nestes casos será negociado o desconto a ser concedido, ficando a LICITANTE VENCEDORA obrigada a garantir a entrega do material mediante apresentação de Carta de Fiança Bancária.

19.8 - A Companhia poderá deduzir dos pagamentos, importância que, a qualquer título lhe forem devidas pela LICITANTE VENCEDORA, no caso de inadimplência do Contrato.

20.0 – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

20.1 - Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

20.1.1 - Irregularidade ou defeito no material fornecido, ou fornecido fora dos padrões exigidos, de responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA;

20.1.2 - Não cumprimento do prazo de entrega, em desobediência as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento;

20.1.3 - Não apresentação dos documentos exigidos no item anterior;

20.1.4 - Erro ou vício da fatura;

20.1.5 - Apresentar Nota Fiscal com CNPJ diferente do constante no processo licitatório, do Contrato e da Ordem de Fornecimento.

20.2 - Na ocorrência da hipótese prevista no subitem **20.1.4** acima mencionado, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

21.0 – DA CAUÇÃO

21.1 - A LICITANTE VENCEDORA, para garantia da execução do Contrato, recolherá na 2.05.00/GSF – Gestão do Sistema Financeiro desta Companhia, até o pagamento da 1ª fatura, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, em uma das seguintes modalidades: **1 - Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública; 2 - Seguro Garantia; 3 - Fiança Bancária.**

21.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA, será liberada pelo 2.05.00/GSF, após emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DO MATERIAL".

21.3 - A Garantia prestada em dinheiro, pela LICITANTE VENCEDORA, será atualizada monetariamente pelo INPC, quando da sua restituição.

21.4 - A Caução responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não entrega ou entrega incompleta do produto e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

22.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 – Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a CONTRATANTE poderá aplicar à LICITANTE VENCEDORA as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

22.1.1 - Advertência;

22.1.2 - Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10%(dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado na entrega dos materiais;

22.1.3 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

22.1.4 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

22.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, a LICITANTE que:

22.2.1 - Ensejar o retardamento da execução do certame licitatório;

22.2.2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;

22.2.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

22.2.4 - Fizer declaração falsa;

22.2.5 - Cometer fraude fiscal;

22.2.6 - Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

22.3 - As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

23.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a DESO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.2 - As PROPONENTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a DESO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.3 - A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na DESO.

23.6 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.7- O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do PROPONENTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos PROPONENTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

23.10 - A participação da PROPONENTE nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

23.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos LICITANTES do pregão eletrônico.

23.12 - A PROPONENTE VENCEDORA se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.13 - A PROPONENTE VENCEDORA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

23.14 - A PROPONENTE VENCEDORA obriga-se a entregar o produto em estrita obediência às Condições Gerais e Especificações Técnicas descritas nas INSTRUÇÕES deste Edital, independentemente de sua transcrição no bojo do Contrato;

23.15 - Será permitida a subcontratação parcial do objeto contratado com a prévia autorização escrita da DESO. A autorização de subcontratação concedida pela DESO não eximirá a PROPONENTE VENCEDORA da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições do Contrato.

23.16 - Desde que haja prévia aquiescência da DESO, será permitida a cessão ou transferência parcial ou total do objeto do Contrato a ser firmado, bem como a fusão, cisão ou incorporação. A autorização dependerá sempre das circunstâncias e de cada caso, em particular, observando-se sempre as condições técnicas, financeiras, jurídicas e econômicas da empresa cessionária.

23.17- A inadimplência da PROPONENTE VENCEDORA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, no que lhe couber, não transfere à DESO a responsabilidade por

seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

23.18 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

23.19 - Constitui parte integrante deste edital:

- 23.19.1 - Anexo I - INSTRUÇÕES;
- 23.19.2 - Anexo II - DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO;
- 23.19.3 - Anexo III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR;
- 23.19.4 - Anexo IV - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO;
- 23.19.5 - Anexo V - MINUTA DO CONTRATO

Aracaju, 26 de dezembro de 2013.

Edital elaborado por: **ROSÂNGELA RESENDE SILVA**
ADVOGADA

ANEXO I – DO EDITAL

INSTRUÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2013 – DESO

1 OBJETO

Aquisição EPC – Equipamento de Proteção Coletiva do tipo vara de manobra e escada para eletricista e vestimentas de proteção contra queimaduras por arco elétrico para utilização dos empregados que trabalham em serviços de manutenções elétricas, protegendo-os contra-arcos elétricos e contra agentes térmicos, tanto membro superior e inferior e corpo inteiro, em cumprimento à Norma Regulamentadora - NR - 6 da Portaria Nº 3.214 de 08.06.78, à nova NR 10, item 10.2.9.2, da Portaria GM nº 598 de 07 de dezembro de 2004, e ainda de acordo com a Norma NFPA 70E e outras Normas Técnicas Brasileiras (NBRs) da ABNT.

E cavaletes para sinalização de ruas em vergalhão mecânico redondo de aço-carbono 1020 de 1/2", com perna articulável que permita o fechamento, pintados com esmalte sintético na cor amarelo-ouro, com chapa galvanizada nº 22 e 0,75 H = 0,4 e L = 0,90m soldada na estrutura do cavelete e também pintada na cor amarelo.

2 QUANTIDADES DAS VESTIMENTAS DE PROTEÇÃO CONTRA ARCOS ELÉTRICOS

Os quantitativos das Vestimentas de Proteção contra Arcos Elétricos estão descritas na Solicitação de Compra de Material Nº 00001, anexa.

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS VESTIMENTAS

3.1 De acordo com a Norma NFPA 70 E, os materiais das vestimentas devem ser 88% algodão e 12% nylon de alta resistência, que são materiais com características de proteção risco arco elétrico e proteção térmica geral.

3.2 CALÇA OPERACIONAL RISCO ARCO ELÉTRICO:

3.2.1 Composição do tecido: 88% algodão e 12% nylon de alta resistência.

3.2.2 Características do tecido:

- Gramatura máxima de 260 g/m²;
- Atingir no mínimo ATPV de 8,0 cal/cm² conforme NFPA-70E; Classe de risco II;
- Cor: Azul Royal.

3.2.3 Modelagem:

- Cordão para melhor ajuste da calça e amarração frontal interna e vista falsa;
- Dois (02) bolsos frontais embutidos, tipo faca;
- Dois (02) bolsos traseiros chapados, fechamento com velcros, chanfrados nas extremidades;
- Um (01) bolso tipo cargo, com tampa e fechamento com velcro, aplicado do lado esquerdo e chanfrado nas extremidades;
- Bainha de dois (02) cm;

- Todas as costuras para as operações de fechar, fixar, pespontar, casear, pregar, botões, bem como as operações de overlock e interlock, devem ser feitas com linha 100% meta-aramida, anti-chamas, na cor do tecido, tendo 3,5 a 4,0 pontos por centímetro;
- Fechamento das ilhargas e gancho traseiro em fachadeira, 2 (duas) agulhas paralelas ou interlock, bitola mínima de 10 (dez) mm, rebatido com ponto corrente 2 (duas) agulhas paralelas;
- Fechamento do entre pernas em interlock, bitola mínima de 10 (dez) mm;
- Fixação do bolso, utilizar máquina reta, 1 (uma) agulha ou pespontadeira de duas agulhas;
- Aplicação de overlock nas bordas desfiadas do tecido;
- Etiquetas na parte interna, contendo de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante e CNPJ, identificação da composição do tecido, identificação do tamanho, data de fabricação (mês e ano) e lote, número do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (CA), resumo dos procedimentos de lavagem e instruções para manutenção e conservação.

3.3 CAMISA OPERACIONAL RISCO ARCO ELÉTRICO, MANGA COMPRIDA:

3.3.1 Composição do tecido: 88% algodão e 12% nylon de alta resistência.

3.3.2 Características do tecido:

- Gramatura mínima de 230g/m² e máxima de 260 g/m²;
- Atingir no mínimo ATPV de 8,0 cal/cm² conforme NFPA-70E; Classe de risco II;
- Cor: Azul Royal.

3.3.3 Modelagem:

- Colarinho tipo sport;
- Abertura frontal com vista embutida e fechamento por meio de velcro em toda sua extensão;
- Mangas compridas com punho social fechado por meio de velcro;
- Dois bolsos superiores, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo com tampa e fechamento por meio de velcro;
- pala reta nas costas;
- Costura em máquina overlock, bitola mínima de 7mm para fechamento das laterais, mangas, ombros e cavas. Em máquina reta, uma agulha, ponto fixo, para fixação e pesponto da gola, punhos, carcela, vista, faixa, bainhas e barra. Em máquina reta, uma agulha para fixação e pesponto do bolso;
- Etiquetas na parte interna, contendo de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante e CNPJ, identificação da composição do tecido, identificação do tamanho, data de fabricação (mês e ano) e lote, número do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (CA), resumo dos procedimentos de lavagem e instruções para manutenção e conservação.
- Etiqueta de tamanho deverá estar no degolo;
- Logomarca: silkada no bolso superior esquerdo. A logomarca será fornecida pela DESO para a empresa que for contemplada neste certame. Deverá ter de forma silkada no bolso superior direito a informação do ATPV e Grau de Risco.

3.3.4 COR DO TECIDO: Azul Royal.

4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARA COMPROVAR A LEGITIMIDADE E CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS, DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- a) CA (Certificado de aprovação) emitido pelo Ministério do Trabalho;
- b) Atingir ATPV (Valor de Desempenho Térmico do Arco Elétrico) mínimo de 8,0 cal/cm² e HAF >70% (calorias/ centímetros ao quadrado). Certificado atestando que o tecido atende aos requisitos da norma ASTM F 1959;
- c) Resistência mínima à tração (ruptura) na trama 26 kg e no urdume 38 kg, respectivamente, conforme ASTM D5034;
- d) Manter a característica ignífuga após o tecido ser submetido ao ensaio conforme recebido e, 100 ciclos de lavagem de acordo com o método de teste ASTM D6413, atestando que o mesmo atende aos requisitos da norma NFPA 2112;
- e) estabilidade dimensional, conforme NBR 10320: urdume- alteração +/- 1%, no máximo. Certificado conforme NBR 10320;
- f) Resistência à abrasão, conforme ASTM D3886: duzentos ciclos no mínimo. Conforme ASTM D3886;
- g) Solidez de cor a fricção, conforme ABNT NBR ISO 105 X-12:úmido- transferência 5, seco transferência, 4/5, no mínimo. Certificado de laboratório independente conforme ABNT NBR ISO 105 X-12.
- h) Solidez de cor a luz (40h), conforme ABNT NBR ISO 105B-02: escala cinza 4, escala azul 4, no mínimo. Certificado conforme ABNT NBR ISO 105B-02.
- i) Solidez de cor a lavagem Doméstica e Comercial, conforme ABNT NBR ISO 105-C06- alteração 4, transferência 4/5, no mínimo.
- j) Solidez de cor a ferro quente, conforme NBR 10188j úmida- alteração 4/5, transferência 4/5, seco- alteração 4/5, transferência 4/5, mínimo;
- k) Solidez de cor ao suor ácido e alcalino, conforme ABNT NBR ISO 105-E-04: ácido- alteração 4/5, transferencia 4/5, alcalino- alteração 4/5, transferência 4/5, rio mínimo. Certificado ABNT NBR ISO 105-E-04;
- l) Absorção por capilaridade conforme teste JIS L 1096: urdume= 74mm alteração +/- 2%, trama 65mm alteração +/- 2%;
- m) Hidrofilidade ou absorção superficial de água conforme Norma ASTM E 662-12;
- n) Densidade óptica específica de fumaça conforme norma ASTM E 662-12;
- o) análise quantitativa, Certidficado conforme ABNT NBR 11914 ou ABNT NBR 13538;
- p) Gramatura não poderá ser superior a 260 g/m², com tolerância +/- 5%. certificado NBR 10591;
- q) Resistência a ruptura e porcentagem de alongamento- STRIP, conforme NBR 11912;
- r) Resistência ao rasgo conforme ASTM D 2261;
- s) Ensaio de resistência da linha anti-chama conforme NFPA-2112- "Federal Test Method Standard" nº 191- Método 1534;
- t) Ensaio de manequim instrumentado conforme norma NFPA 2112 com método ASTM F 1930- com tecido conforme recebido, 50 lavagens e 100 lavagens. Os ensaios deverão ser acompanhados dos respectivos vídeos.
- u) Ensaio conforme método ASTM F 2621, acompanhados dos respectivos vídeos e fotos;
- v) Ensaio conforme ASTM F, ensaio ASTM D- índice limite de oxigênio. Deverá ser >25%- Certificado ISO 9001 da confecção e do fabricante do tecido.

OBS.: Quando houver relatórios, ensaios ou certificações em língua estrangeira, deverão ser apresentados juntamente com a tradução feita por tradutor juramentado.

5 OBRIGAÇÕES DA DESO

5.1 Os entendimentos entre a DESO e a Contratada serão sempre por escrito, ressalvados os casos de urgência na adoção de medidas que se não tomadas poderão ocasionar prejuízos a DESO, nesses casos, deverão ser confirmadas posteriormente, por escrito, dentro de 72 (setenta e duas) horas.

5.2 A DESO prestará informações à Contratada que visem esclarecer ou orientar a correta prestação dos serviços, ressaltando os casos omissos no contrato.

6 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento será feito pelo menor preço.

O fornecedor deverá apresentar as especificações e amostra dos materiais das vestimentas, tendo cinco dias úteis para fazê-lo, a partir da data de sua convocação sob pena de desclassificação.

7 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

03 meses

8 FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Cavaletes 03 vezes e restante do material de imediato

Aracaju, 02 de Dezembro de 2013.

Maria Socorro B. de Souza

Enfermeira do Trabalho

Líder da Célula ASE – COREN 37662

Haroldo Anderson Deda Filho

Diretor de Gestão Corporativa

2.00.00 - DGC

LOTE 01

CAMISA OPERACIONAL RISCO ARCO ELÉTRICO, MANGA COMPRIDA:

- Colarinho tipo sport;
- Abertura frontal com vista embutida e fechamento por meio de velcro em toda sua extensão;
- Mangas compridas com punho social fechado por meio de velcro;
- Dois bolsos superiores, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo com tampa e fechamento por meio de velcro;
- pala reta nas costas;
- Costura em máquina overlock, bitola mínima de 7mm para fechamento das laterais, mangas, ombros e cavas. Em máquina reta, uma agulha, ponto fixo, para fixação e pesponto da gola, punhos, carcela, vista, faixa, bainhas e barra. Em máquina reta, uma agulha para fixação e pesponto do bolso;
- Etiquetas na parte interna, contendo de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante e CNPJ, identificação da composição do tecido, identificação do tamanho, data de fabricação (mês e ano) e lote, número do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (CA), resumo dos procedimentos de lavagem e instruções para manutenção e conservação.
- Etiqueta de tamanho deverá estar no degolo;
- Logomarca: silkada no bolso superior esquerdo. A logomarca será fornecida pela DESO para a empresa que for contemplada neste certame. Deverá ter de forma silkada no bolso superior direito a informação do ATPV e Grau de Risco.

CALÇA COMPRIDA COM BARGUILHA COM FECHAMENTO EM VELCRO 25MM E CINTURA COM MEIO CÔS DE ELÁSTICO E VELCRO PARA AJUSTE

- Cordão para melhor ajuste da calça e amarração frontal interna e vista falsa;
- Dois (02) bolsos frontais embutidos, tipo faca;
- Dois (02) bolsos traseiros chapados, fechamento com velcros, chanfrados nas extremidades;
- Um (01) bolso tipo cargo, com tampa e fechamento com velcro, aplicado do lado esquerdo e chanfrado nas extremidades;
- Bainha de dois (02) cm;
- Todas as costuras para as operações de fechar, fixar, pespontar, casear, pregar, botões, bem como as operações de overlock e interlock, devem ser feitas com linha 100% meta-aramida, anti-chamas, na cor do tecido, tendo 3,5 a 4,0 pontos por centímetro;
- Fechamento das ilhargas e gancho traseiro em fechadeira, 2 (duas) agulhas paralelas ou interlock, bitola mínima de 10 (dez) mm, rebatido com ponto corrente 2 (duas) agulhas paralelas;
- Fechamento do entre pernas em interlock, bitola mínima de 10 (dez) mm;
- Fixação do bolso, utilizar máquina reta, 1 (uma) agulha ou pespontadeira de duas agulhas;
- Aplicação de overlock nas bordas desfiantes do tecido;
- Etiquetas na parte interna, contendo de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante e CNPJ, identificação da composição do tecido, identificação do tamanho, data de fabricação (mês e ano) e lote, número do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (CA), resumo dos procedimentos de lavagem e instruções para manutenção e conservação.

Refere-se ao Pregão Eletrônico nº 094/2013- Alterado

Item	Descrição	Tam	Unid	Quant
	Camisa manga comprida com logotipo da DESO na frente e costa	Nº 1	Pç	03
		Nº 2	Pç	18
		Nº 3	Pç	27
		Nº 4	Pç	36
		Nº 5	Pç	06
		Nº 6	Pç	03

Item	Descrição	Tam	Unid	Quant
	Calça comprida com braguilha com fechamento em velcro 25 mm e cintura com meio cós de elástico e velcro para ajuste	Nº 36	Pç	03
		Nº 38	Pç	18
		Nº 40	Pç	27
		Nº 42	Pç	36
		Nº 44	Pç	06
		Nº 46	Pç	03
		Nº 48	Pç	12
		Nº 50	Pç	03
		Nº 54	Pç	03

LOTE 02

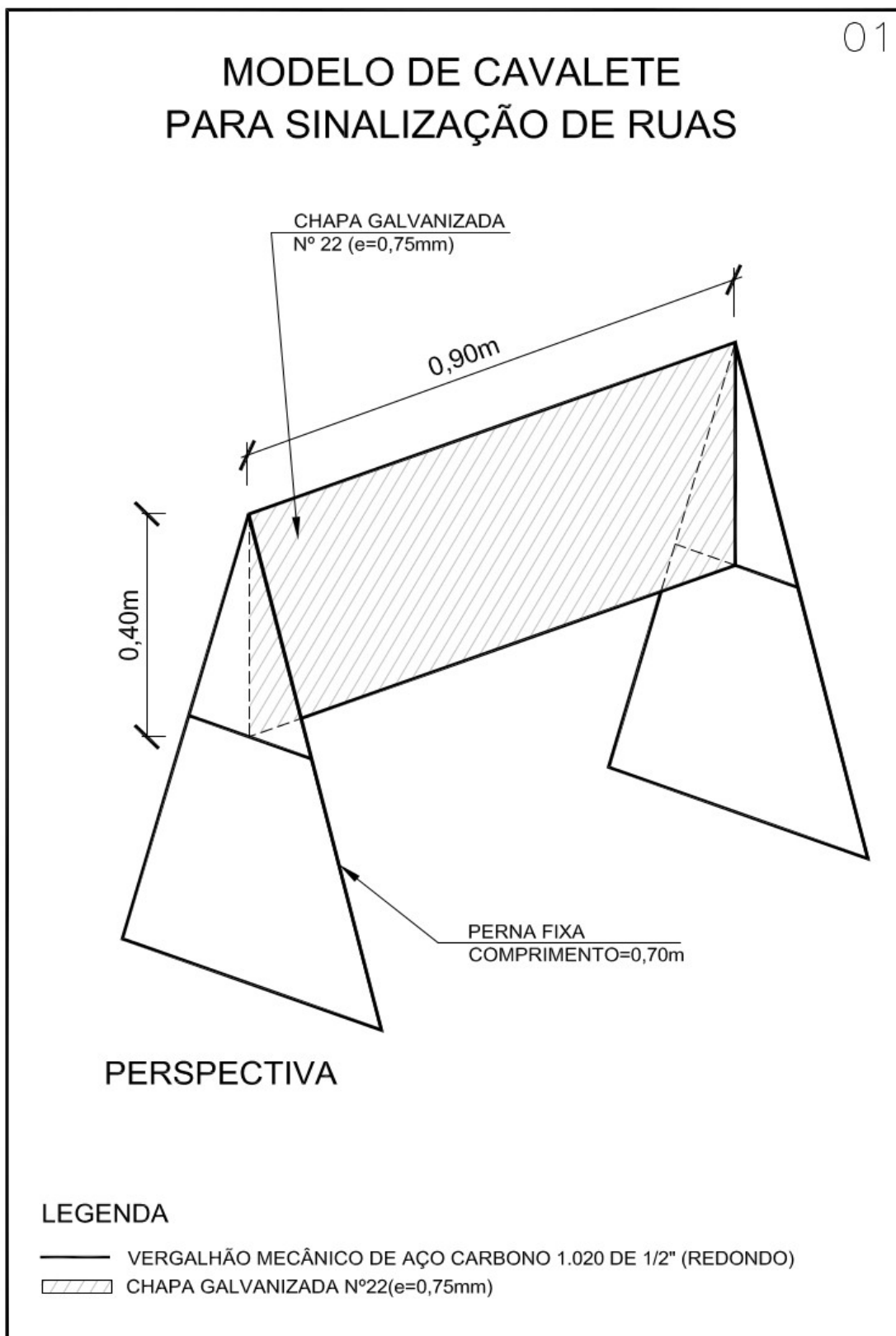
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA- EPC

Item	Descrição	Tam/Cor	Unid.	Quant.
1	Vara de manobra telescópica 6 seções com cabeçote de manobra, fabricada com tubo de fibra de vidro com resina comprimento de 8,12 mts e peso de 1,70kg		Pç	5
02	Escada extensível em fibra com 03 degraus superiores isolados com sapata de borracha anti derapante e isolante comprimento: 4,25 mt fechada e 7,25 aberta.		Pç	5

LOTE 03

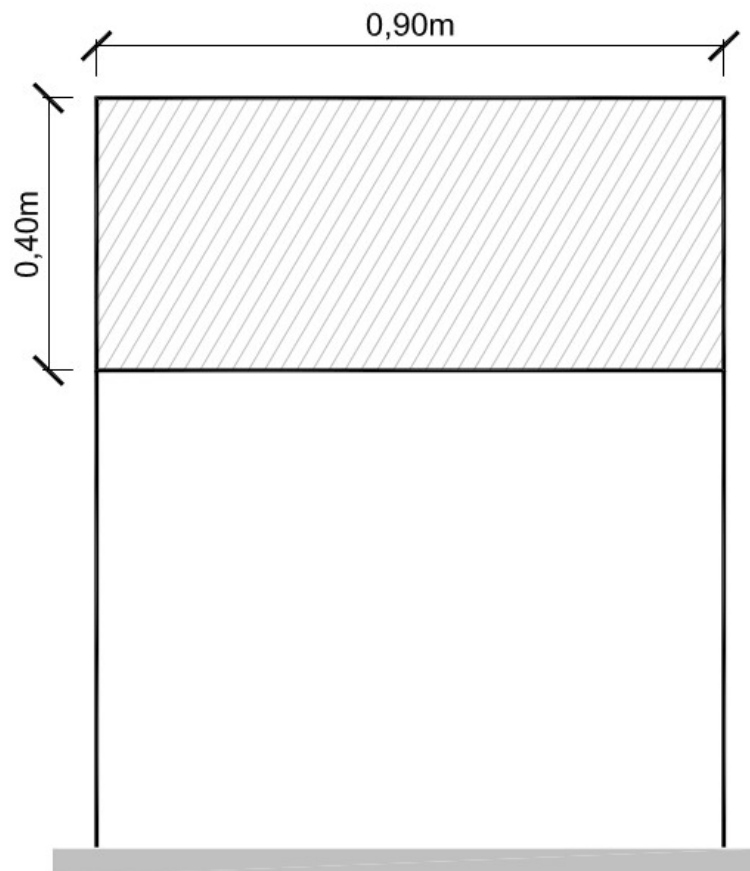
CAVALETES

Descrição	Quantitativo
Cavaletes para sinalização de ruas em vergalhão mecânico redondo de aço carbono 1020 de 1/2", com perna articulável que permita fechamento, pintados com esmalte sintético na cor amarelo ouro, com chapa galvanizada nº 22 e 0,75 mm (H= 0,40m e L= 0,90m) soldada na estrutura do cavalete e também pintada na cor amarela	300 / Un



02

MODELO DE CAVALETE PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS



VISTA FRONTAL

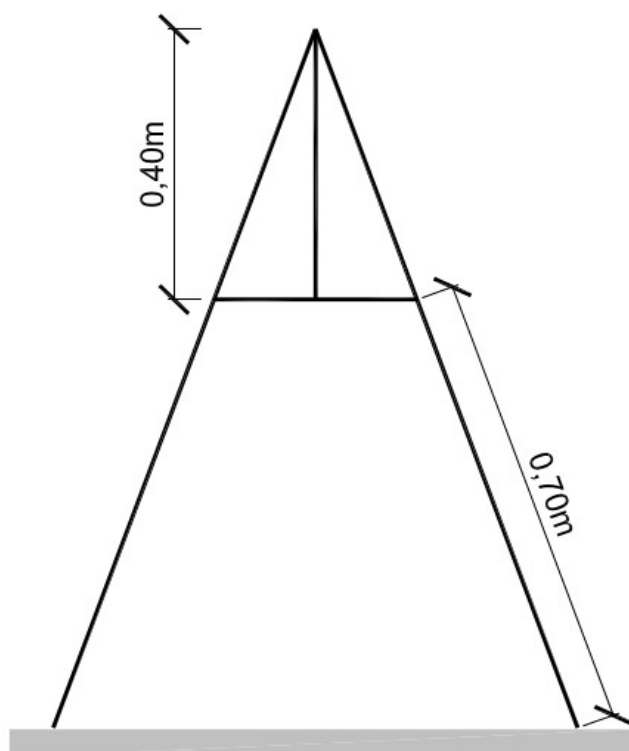
LEGENDA

- VERGALHÃO MECÂNICO DE AÇO CARBONO 1.020 DE 1/2" (REDONDO)
- CHAPA GALVANIZADA Nº22(e=0,75mm)

Refere-se ao Pregão Eletrônico nº 094/2013- Alterado

03

MODELO DE CAVALETE PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS



VISTA LATERAL

LEGENDA

- VERGALHÃO MECÂNICO DE AÇO CARBONO 1.020 DE 1/2" (REDONDO)
- ▨ CHAPA GALVANIZADA Nº22(e=0,75mm)

ANEXO II – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
RUA CAMPO DO BRITO Nº 331 – ARACAJU/SE

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2013 – DESO (DGC/GECA)**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE EPC – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA DO TIPO VARA DE MANOBRA, ESCADA PARA ELETRICISTA, CAVALETES PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS E VESTIMENTAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS POR ARCO ELÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO PELOS EMPREGADOS QUE TRABALHAM EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS.**

Em atendimento à determinação do Edital, em seu **subitem 13.1**, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
Carteira de Identidade (Nº e órgão expedidor)
Endereço:
CEP:

ANEXO III – DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO
AO TRABALHO DO MENOR**

(LICITANTE)

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2013 – DESO (DGC/GECA)**

..... **(QUALIFICAR A EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., por intermédio de seu representante legal o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CNPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM OU NÃO ().

ANEXO IV – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

ARACAJU – SERGIPE

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2013 – DESO (DGC/GECA)**

Prezados Senhores

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^a., nossa Proposta relativa ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 094/2013 em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

Em tempo, manifestamos nossa expressa aceitação das condições do referido PREGÃO ELETRÔNICO e com a emissão de Notas Fiscais e Fatura diretamente à DESO.

A validade desta Proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar desta data.

Atenciosamente,

Responsável pela Empresa.

ANEXO V – DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

Contrato de Fornecimento de Materiais, que entre si fazem a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** e a firma
..... na forma abaixo:

PREÂMBULO

1. DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

Pelo presente instrumento particular a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, nos termos do Decreto-Lei nº 109 de 25 de agosto de 1969, com as alterações e acréscimos do Decreto-Lei nº 268 de 16 de janeiro de 1970 e da Lei Estadual nº 4.898 de 10 de julho de 2003, inscrita no CGC/MF sob o nº 13.018.171/0001-90 e no Cadastro Estadual sob o nº 27.051.036-2, com sede à Rua Campo do Brito, nº 331 – Bairro Praia 13 de Julho – Aracaju/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Presidente **Antônio Sérgio Ferrari Vargas**, brasileiro, casado, engº de minas, CPF/MF nº 177.291.736-20 e seu Diretor de Gestão Administrativa **Haroldo Anderson Déda Filho**, brasileiro, casado, economista, CPF/MF nº 138.179.815-20 e a firma com sede na Rua, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu Representante Legal o Sr., inscrito no CNPJ sob nº resolvem celebrar o presente **CONTRATO** que se regerá pelas seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

2. DA FINALIDADE - O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao fornecimento dos materiais definidos e especificados na **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho datado de 01/11/2013 do Senhor Presidente da DESO, em Processo Administrativo nº 65094/2013.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL - Esta adjudicação decorre de licitação sob modalidade de **Pregão Eletrônico**, nos termos e condições do Edital nº **094/2013**, cujo resultado foi homologado em data de pelo Presidente, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 10.520/2002 e sua legislação suplementar, à Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas pela Contratante.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1- Aquisição de EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva do tipo Vara de Manobra, Escada para eletricista, Cavaletes para sinalização de ruas e Vestimentas de proteção contra queimaduras por arco elétrico, para utilização pelos empregados que trabalham em serviços de manutenções elétricas.

1.2 – As especificações técnicas das vestimentas será de acordo com a Norma NFPA 70 E,

devendo ser 88% algodão e 12% nylon de alta resistência, que são materiais com características de proteção risco arco elétrico e proteção térmica geral.

CLÁUSULA II – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 - Quando da assinatura deste instrumento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (**INSS**), o CRF (**FGTS**), a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Tributos Estaduais (**ICMS**), dentro do prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

CLÁUSULA III – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1 - Para os pagamentos decorrentes deste Contrato, serão utilizados recursos financeiros provenientes da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E CONDIÇÕES DA ENTREGA

4.1 - Os materiais serão entregues na Sede da DESO, situada na Rua Campo do Brito, nº 331, Bairro 13 de Julho, em Aracaju/SE, no horário das 7:00 às 17:00h, em dias úteis e/ou não úteis.

CLÁUSULA V – DO RECEBIMENTO E REPOSIÇÃO

5.1 - A DESO receberá os materiais, podendo solicitar da Contratada a sua reposição, desde que os mesmos não atendam aos padrões de qualidade exigidos, substituindo-os, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do fornecimento daquele que for julgado inaceitável;

5.2 - A Contratada fica obrigada a promover às suas expensas, a reposição dos materiais que apresentar padrão de inaceitabilidade constatada;

5.3 - Os materiais só serão recebidos se estiverem de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 094/2013.

CLÁUSULA VI – DOS PRAZOS

6.1 - Prazo de vigência do Contrato: **03 (três) meses**, contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.1.1- A entrega dos materiais se dará da seguinte forma:

- cavaletes – parcelado em 03 vezes, contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.
- demais materiais – entrega imediata, ou seja, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão/recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2 - A Contratada será convocada para a assinatura deste Contrato devendo fazê-lo em 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitá-la as penalidades previstas no Pregão Eletrônico originante deste Instrumento.

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, são obrigações da DESO:

7.1.1 - Responsabilizar-se pelo recebimento e conferência dos materiais entregues, podendo solicitar da Contratada a correção de eventuais defeitos ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até sua substituição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do seu recebimento, caso o mesmo não obedeça às suas especificações;

7.1.2 - Efetuar, após a entrega dos materiais, a verificação dos mesmos, e comparando com as Condições Gerais e Especificações Técnicas descritas nas INSTRUÇÕES do Pregão Eletrônico nº 094/13 e as normas vigentes, os resultados determinar a sua aceitação ou rejeição.

7.1.3 - Analisar, através do Gestor do Contrato, todas as Faturas/Notas Fiscais/ Recibos, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento, providenciando seu encaminhamento para pagamento ou devolução à Contratada, em caso de erro ou vício das mesmas;

7.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

7.1.5 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, compete à Contratada:

8.1.1 - A Contratada obriga-se a repor todo o material que não esteja dentro das Condições Gerais e Especificações Técnicas descritas nas INSTRUÇÕES do Pregão nº 094/13, no ato do seu recebimento, reconhecendo a autoridade da DESO, e/ou de qualquer consultoria pôr ela credenciada, para rejeitar qualquer material que julgue inaceitável.

8.1.2 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os Contratantes.

8.1.3 - Responsabilizar-se por eventuais defeitos ou irregularidades que forem verificadas na entrega do material, ficando obrigada a promover às suas expensas, a sua substituição se irregularidades ou imperfeições forem constatadas.

8.1.4 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.5 - Responsabilizar-se pela entrega do material, arcando com o ônus da carga e descarga, no local de estocagem do mesmo.

8.1.6 - Para comprovar a legitimidade e conformidade com as especificações técnicas exigidas, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) CA (Certificado de aprovação) emitido pelo Ministério do Trabalho;
- b) _Atingir ATPV (Valor de Desempenho Térmico do Arco Elétrico) mínimo de 8,0 cal/ cm² e HAF >70% (calorias/ centímetros ao quadrado). Certificado atestando que o tecido atende aos requisitos da norma ASTM F 1959;
- c) Resistência mínima à tração (ruptura) na trama 26 kg e no urdume 38 kg, respectivamente, conforme ASTM D5034;
- d) Manter a característica ignífuga após o tecido ser submetido ao ensaio conforme recebido e, 100 ciclos de lavagem de acordo com o método de teste ASTM D6413, atestando que o mesmo atende aos requisitos da norma NFPA 2112;
- e) Estabilidade dimensional, conforme NBR 10320: urdume- alteração +/- 1%, no máximo. Certificado conforme NBR 10320;
- f) Resistência à abrasão, conforme ASTM D3886: duzentos ciclos no mínimo. Conforme ASTM D3886;
- g) Solidez de cor a fricção, conforme ABNT NBR ISO 105 X-12:úmido-transferência 5, seco transferência, 4/5, no mínimo. Certificado de laboratório independente conforme ABNT NBR ISO 105 X-12.
- h) Solidez de cor a luz (40h), conforme ABNT NBR ISO 105B-02: escala cinza 4, escala azul 4, no mínimo. Certificado conforme ABNT NBR ISO 105B-02.
- i) Solidez de cor a lavagem Doméstica e Comercial, conforme ABNT NBR ISO 105-C06- alteração 4, transferência 4/5, no mínimo.
- j) Solidez de cor a ferro quente, conforme NBR 10188j úmida- alteração 4/5, transferência 4/5, seco- alteração 4/5, transferência 4/5, mínimo;
- k) Solidez de cor ao suor ácido e alcalino, conforme ABNT NBR ISO 105-E-04: ácido- alteração 4/5, transferencia 4/5, alcalino- alteração 4/5, transferência 4/5, rio mínimo. Certificado ABNT NBR ISO 105-E-04;
- l) Absorção por capilaridade conforme teste JIS L 1096: urdume= 74mm alteração +/- 2%, trama 65mm alteração +/- 2%;
- m) Hidrofilidade ou absorção superficial de água conforme Norma ASTM E 662-12;
- n) Densidade óptica específica de fumaça conforme norma ASTM E 662-12;
- o) Análise quantitativa, Certidficado conforme ABNT NBR 11914 ou ABNT NBR 13538;
- p) Gramatura não poderá ser superior a 260 g/m², com tolerância +/- 5%. certificado NBR 10591;
- q) Resistência a ruptura e porcentagem de alongamento- STRIP, conforme NBR 11912;
- r) Resistência ao rasgo conforme ASTM D 2261;

s) Ensaio de resistência da linha anti-chama conforme NFPA-2112- "Federal Test Method Standard" nº 191- Método 1534;

t) Ensaio de manequim instrumentado conforme norma NFPA 2112 com método ASTM F 1930- com tecido conforme recebido, 50 lavagens e 100 lavagens. Os ensaios deverão ser acompanhados dos respectivos vídeos.

u) Ensaio conforme método ASTM F 2621, acompanhados dos respectivos vídeos e fotos;

v) Ensaio conforme ASTM F, ensaio ASTM D- índice limite de oxigênio. Deverá ser >25%- Certificado ISO 9001 da confecção e do fabricante do tecido.

OBS.: Quando houver relatórios, ensaios ou certificações em língua estrangeira, deverão ser apresentados juntamente com a tradução feita por tradutor juramentado.

CLÁUSULA IX – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 - Será vedada a subcontratação do objeto contratado.

9.2 - Desde que haja prévia aquiescência da DESO, será permitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa Contratada. A autorização dependerá sempre das circunstâncias e de cada caso, em particular, observando-se sempre as condições técnicas, financeiras, jurídicas e econômicas da empresa cessionária.

CLÁUSULA X – DO PREÇO

10.1 - A DESO pagará à Contratada pelo fornecimento objeto deste Contrato, a importância de **R\$** (.....).

CLÁUSULA XI – DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 - O fornecimento objeto deste Contrato será pago mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12 de 13/07/04 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO;

a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.

b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à Contratada para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

11.1.1 - Nota Fiscal/Fatura/Recibo, com o mesmo CNPJ indicado no Processo Licitatório e do Contrato;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: nfse@deso-se.com.br, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas Contratadas.

- 11.1.2** - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;
- 11.1.3** - Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando sua regularidade para com o Instituto Nacional do seguro Social (INSS);
- 11.1.4** - Certidão de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), vigente, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 11.1.4** - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal;
- 11.1.5** - Declaração de recolhimento do ICMS (somente para fornecedor do Estado de Sergipe);
- 11.1.6** - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (ICMS) do domicílio ou sede da Contratada;
- 11.1.7** - Declaração da Contratada, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada (quando do 1º pagamento);
- 11.2** - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 11.3** - Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 11.4** - A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas até o 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item 11.1 acima, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre a data de apresentação da fatura no protocolo da DESO até a data do seu efetivo pagamento.
- 11.5** - Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.
- 11.6** - Por ocasião do pagamento, a Contratada com domicílio no Estado de Sergipe, obriga-se a apresentar à área financeira "Certidão de Regularidade de Tributos", expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 1º do Decreto Estadual nº 12.819 de 26 de março de 1992. A Contratada que não apresentar a referida Certidão, terá o seu pagamento suspenso constituindo-se em "MORA CREDITORIS", nos termos do art. 963 do Código Civil Brasileiro.

11.7 - Por exclusiva conveniência da DESO, os pagamentos poderão ter seus prazos antecipados e, nestes casos será negociado o desconto a ser concedido, ficando a Contratada obrigada a garantir a entrega do material mediante apresentação de Carta de Fiança Bancária.

11.8 - A Companhia poderá deduzir dos pagamentos, importância que, a qualquer título lhe forem devidas pela Contratada, no caso de inadimplência do Contrato.

CLÁUSULA XII – SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1 - Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- a) Irregularidade ou defeito no material fornecido, ou fornecido fora dos padrões exigidos, de responsabilidade da Contratada;
- b) Não cumprimento dos prazos, em desobediência as condições estabelecidas no Contrato;
- c) Não apresentação dos documentos exigidos no item anterior;
- d) Erro ou vício da Fatura;
- e) Apresentação de Fatura/Nota Fiscal/Recibo, com CNPJ diferente do constante no preâmbulo deste instrumento.

12.2 - Na ocorrência da hipótese prevista na alínea "d" acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação

CLÁUSULA XIII – DO REAJUSTE

13.1 - Os preços contratados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta. Após esse período, serão reajustados de acordo com a variação do **IGP**, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V \cdot \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = Índice do mês em que é devido o reajuste

I₀ = Índice do mês de apresentação da proposta

V = Valor da fatura.

13.2 - Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

CLÁUSULA XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a DESO poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência;

- b)** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- c)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- d)** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da DESO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, a Contratada que:

- a)** Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b)** Comportar-se de modo inidôneo;
- c)** Fizer declaração falsa;
- d)** Cometer fraude fiscal;
- e)** Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

CLÁUSULA XVI – DA GARANTIA

16.1 - A Contratada, para garantia da execução deste Contrato, recolherá na 2.05.00 /GSF – Gestão do Sistema Financeiro desta Companhia, **até o pagamento da 1ª fatura**, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, na modalidade de

16.2 - A garantia prestada pela Contratada, será liberada pelo 2.05.00/GSF, após emissão do “TERMO DE RECEBIMENTO DO MATERIAL”.

16.3 - A Garantia prestada em dinheiro, pela Contratada, será atualizada monetariamente pelo INPC, quando da sua restituição.

16.4 - A Caução responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não entrega ou entrega incompleta do produto e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

CLÁUSULA XVII – DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

17.1 - Os casos fortuitos e de força maior, conforme disposto no Artigo nº 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil, eximem as partes de responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

CLÁUSULA XVIII – DAS DESPESAS DE CONTRATO

18.1 - Todas as despesas para elaboração, validade e eficácia jurídica do Contrato, correrão por conta exclusiva da DESO.

CLÁUSULA XIX – DOS ELEMENTOS INTEGRANTES

19.1 – Integram este Contrato:

- Pregão Eletrônico nº 094/2013 - Alterado, de 03/02/2014;
- Instruções;
- Proposta da Contratada datada de2014;
- Relatório de Análise da Proposta de2014;
- Homologação do Presidente de2014.

CLÁUSULA XX – DA RESCISÃO

20.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a)** Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, com prova de recebimento;
- b)** Por inadimplemento das Cláusulas contratuais;
- c)** Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;
- d)** Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
- e)** Quando ocorrer interesse público, a DESO poderá rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei supracitada, nos termos do art. 58, II, do mesmo Estatuto Licitatório.

CLÁUSULA XXI – DO FORO

21.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que o seja.

21.2 – E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim legal.

Aracaju, de de 2014.

“.....”
CONTRATADA

“ANTÔNIO SÉRGIO FERRARI VARGAS”
PRESIDENTE – DESO

“ROSÂNGELA RESENDE SILVA”
ADVOGADA - DESO

“HAROLDO ANDERSON DÉDA FILHO”
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DESO

ANEXO I

1 – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS:

LOTE 01

Item	Descrição	Tam	Un	Qtd	R\$ Unit.	R\$ Total
	Camisa manga comprida com logotipo da DESO na frente e costa	Nº 1	Pç	03		
		Nº 2	Pç	18		
		Nº 3	Pç	27		
		Nº 4	Pç	36		
		Nº 5	Pç	06		
		Nº 6	Pç	03		

Item	Descrição	Tam	Un	Qtd	R\$ Unit.	R\$ Total
	Calça comprida com braguilha com fechamento em velcro 25 mm e cintura com meio cóis de elástico e velcro para ajuste	Nº 36	Pç	03		
		Nº 38	Pç	18		
		Nº 40	Pç	27		
		Nº 42	Pç	36		
		Nº 44	Pç	06		
		Nº 46	Pç	03		
		Nº 48	Pç	12		
		Nº 50	Pç	03		
		Nº 54	Pç	03		

LOTE 02

Item	Descrição	Tam/Cor	Un	Qtd	R\$ Unit.	R\$ Total
1	Vara de manobra telescópica 6 seções com cabeçote de manobra, fabricada com tubo de fibra de vidro com resina comprimento de 8,12 mts e peso de 1,70kg		Pç	5		
02	Escada extensível em fibra com 03 degraus superiores isolados com sapata de borracha anti derapante e isolante comprimento: 4,25 mt fechada e 7,25 aberta.		Pç	5		

LOTE 03

Descrição	Quantitativo	R\$ Unit.	R\$ Total
Cavaletes para sinalização de ruas em vergalhão mecânico redondo de aço carbono 1020 de 1/2", com perna articulável que permita fechamento, pintados com esmalte sintético na cor amarelo ouro, com chapa galvanizada nº 22 e 0,75 mm (H= 0,40m e L= 0,90m) soldada na estrutura do cavalete e também pintada na cor amarela	300 / Un		

* * * * *